

**OS ESTUDOS EDUCACIONAIS E SUAS FONTES:  
QUESTÕES DE PESQUISA E ENSINO**

**ORGANIZADORAS**

**ANA LAURA GODINHO LIMA**

**DENICE CATANI**

**JULIANA DE SOUZA SILVA**

37.02  
6821  
c.21

Editora Intermeios  
Av. Dr. Pedro Lessa, 1.111 Conj. 33  
11025-001 Ponta da Praia – Santos – SP – BR  
(13) 3394-8645  
www.intermeioscultural.lojavirtual.com.br

OS ESTUDOS EDUCACIONAIS E SUAS FONTES: QUESTÕES DE PESQUISA E ENSINO

© Ana Laura Godinho Lima, Denice Catani, Juliana de Souza Silva (Organizadoras)

*Editoração eletrônica, produção* Intermeios – Casa de Artes e Livros  
*Diagramação* Fernandes Augusto Castro  
*Capa* João Vasconcelos

#### CONSELHO EDITORAL

Vincent M. Colapietro (Penn State University)  
Daniel Ferrer (ITEM/CNRS)  
Lucrécia D'Alessio Ferrara (PUCSP)  
Jerusa Pires Ferreira (PUCSP)  
Amálio Pinheiro (PUCSP)  
Josette Monzani (UFSCar)  
Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCar)  
Ilana Wainer (USP)  
Walter Fagundes Morales (UESC/NEPAB)  
Jacqueline Ramos (UFS)  
Alessandra Paola Caramori (UFBA)  
Cláudia Dombusch (USP)  
Barbara Arisi (Unila)  
Nikita Paula (Ancine)  
Paulo Vieira (UFPA)  
Antônio Fernandes Junior (UFG)  
Cristiane Maria Marinho (UECE)

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I.732 Lima, Ana Laura Godinho; Catani, Denice; Silva, Juliana de Souza (Organizadoras) ✓

Os estudos educacionais e suas fontes: questões de pesquisa e ensino / Organização de Ana Laura Godinho Lima, Denice Catani e Juliana de Souza Silva. Prefácio de Carlota Boto. – São Paulo: Intermeios, 2025.

204 p. 16 x 23 cm

ISBN 978-85-8499-213-3

1. Educação. 2. História. 3. História da Educação. 5. Política da Educação. 6. Sociologia Educacional. 7. Historiografia. 8. Fontes de Informação em Educação. 9. Pesquisa Pedagógica. 10. História da Escola. 11. Formação de Professores. 12. Prática Pedagógica. 13. Cultura Digital. I. Título. II. A pesquisa educacional às voltas com suas fontes. III. Lima, Ana Laura Godinho, Organizadora. IV. Catani, Denice, Organizadora. V. Silva, Juliana de Souza, Organizadora. VI. Boto, Carlota. VII. Cândido, Renata Marcello. VIII. Silva, Vivian Batista da. IX. Amparo, Patrícia Aparecida do. X. Silva, Katiene Nogueira da. XI. Lima, Ana Laura Godinho. XII. Menezes, Roni Cleber Dias de. XIII. Gonçalves, Ingrid Rodrigues. XIV. Ribeiro, Cintya. XV. Cazetta, Valéria. XVI. Intermeios – Casa de Artes e Livros.

CDU 37.07

CDD 370

Catalogação elaborada por Regina Simão Paulino – CRB 6-1154

3267027 m98290

## LIVROS, MANUAIS, COMPÊNDIOS, APONTAMENTOS OU, SIMPLEMENTE, TEXTOS DA ESCOLA

Vivian Batista da Silva

### Quando o indizível vem à luz

Este texto colabora com as discussões sobre as potencialidades dos estudos educacionais para a compreensão da escola e a busca por alternativas de formação. Trata especificamente de uma fonte, os livros escolares, no intuito de destacar o que anima e o que dá sentido às investigações acerca deles. Por que investigá-los? Por que escrever sobre eles? O que se quer evidenciar com isso? *A escrita como faca e outros escritos* (2023), de Annie Ernaux, é inspiradora para responder a essas questões. A autora reúne textos de diversos momentos de sua consagrada carreira, nos quais ela conta sua própria história e explica em que medida o seu trabalho de escritora é motivado por razões sociais e políticas. Por isso, as reflexões aqui propostas iniciam-se retomando narrativas de Ernaux:

Eu pensava, orgulhosa e ingenuamente, que escrever livros, tornar-se escritora, ao fim de uma linhagem de camponeses sem terra, operários e pequenos comerciantes, de gente desprezada por suas maneiras, seu sotaque, sua falta de cultura, seria suficiente para reparar a injustiça social de nascença (Ernaux, 2023, p. 14)

Em suas memórias, a autora sublinha a literatura como forma de superação de sofrimentos e limitações postas pela condição social. No seu entender, ela escreve *a vida*, não a *própria* vida, pois suas experiências pessoais não são únicas nem meros frutos do acaso, revelam “uma verdade mais geral” (Ernaux, 2023, p. 19). Seu comprometimento com a escrita decorre da certeza de que ela pode “contribuir para mudar a vida de uma pessoa,

para romper a solidão das coisas sofridas e enterradas, para pensar em si mesmo de um jeito diferente. Quando o indizível vem à luz, ele é político” (Ernaux, 2023, p. 19). Assim como a literatura, os escritos sobre educação permitem não apenas entender, como também vivificar as práticas de ensino. As investigações que tomam os livros da escola como fontes podem ser inseridas no quadro dos estudos sobre a história da escola. Elas vêm se edificando desde a década de 1960 (Choppin, 2004) e quando teóricos como P. Bourdieu e J. Passeron (2014a, 2014b) começavam a esclarecer os mecanismos de uma instituição que, embora fosse anunciada para ser destinada a todos, mostrava-se excludente em seu interior, expulsando principalmente os estudantes oriundos das camadas sociais mais pobres e pouco reconhecidas do ponto de vista cultural<sup>11</sup>.

A produção do fracasso de boa parte dos alunos (Patto, 1999) incorporou a constituição da chamada *escola moderna*, instituição conhecida em diferentes lugares do mundo desde o século XIX e organizada pelo Estado para ser leiga, pública, gratuita e obrigatória (Nóvoa; Schriewer, 2000). Suas formas efetivas de democratização ainda hoje fazem parte de um amplo debate público e internacional, bem representado pelo documento publicado em 2022 pela UNESCO, com o título por si só muito sugestivo: *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. O texto foi preparado pela Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, estabelecida em 2019, com o objetivo de propor outras formas de viver e aprender na escola, historicamente marcada pela homogeneização das formas de ensinar e por práticas de seleção e classificação dos alunos. Evidentemente, não se quer adentrar aqui em toda riqueza do documento, mas talvez seja útil marcar a necessidade já percebida de direcionar as práticas, tempos e espaços escolares para a equidade, a inclusão e a participação democrática.

Talvez não seja exagerado supor que os estudos sobre os livros escolares colaboram para conhecer melhor as formas de ensinar e aprender na escola e, ao fazerem isso, favorecem a busca pela democratização da escola e das experiências de formação. A visibilidade possível a partir das investigações sobre e com essas fontes é também política, como sugere Ernaux (2023). Ela conduz o leitor a pensar sobre suas próprias experiências e, assim, permite explorar as possibilidades daquilo que Denice Catani (2022) denomina de

---

11. Em 1964, Pierre Bourdieu publicou com Jean-Claude Passeron o livro intitulado *Os herdeiros* (2014a), que circulou pouco entre os brasileiros e foi traduzido para o português apenas em 2014 (Catani, 2022). Outra notável produção, que circulou mais entre nós, foi *A reprodução* (Bourdieu; Passeron, 2014b), embora ela tenha sido objeto de mal entendidos e de uma interpretação segundo a qual a escola estaria fadada a reproduzir as desigualdades sociais (Catani, 2022).

“compreender e compreender-se”. Para ela, há que se considerar “um de seus mais caros princípios, tantas vezes reafirmado, o que diz respeito ao sentido de produzir conhecimentos que desvelem o impensado de nossas próprias convicções, ideias e ações” (Catani, 2022).

Cabe ainda interrogar sobre a importância cada vez mais expressiva dos livros escolares nas pesquisas sobre a história do ensino e da formação de professores. A consagração, relativamente recente, dessa fonte é bem situada por Alain Choppin (2004, p. 549) na sua *História dos livros e das edições didáticas*:

Após ter sido negligenciado, tanto pelos historiadores quanto pelos bibliógrafos, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá. Desde então, a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em um número cada vez maior de países, e seria pouco realista pretender traçar um estado da arte exaustivo sobre o que foi feito e escrito e, mais ainda, do que se pesquisa e se escreve atualmente pelo mundo.

Choppin iniciou os estudos sobre os textos da escola na segunda parte do século XX, quando ainda eram fontes negligenciadas na área, como ele mesmo explicou. Em 2004, o reconhecido periódico *Educação e Pesquisa* publicou em São Paulo a tradução de um estado da arte feito pelo autor, quando ele reconhece a consolidação de um campo de pesquisas em torno do livro didático. Em poucas décadas, essa fonte ganhou grande destaque na pesquisa educacional. Se, como assinala Annie Ernaux (2023, p. 15): “Nenhuma escolha de escrita é óbvia”, convém ao escritor e, especialmente ao estudioso do livro escolar, “se perguntar se [seu trabalho] reforça ou perturba as representações aceitas, interiorizadas, sobre os seres e as coisas [ou, como no caso que aqui nos interessa, sobre sua fonte de investigação]” (Ernaux, 2023, p. 17). O que move os estudos sobre os livros escolares? Para explicitar melhor de que maneira eles permitem compreender importantes facetas da escola, este texto segue situando a produção da área e os caminhos de uma trajetória singular de investigação.

### **Entre o usual, o criticado e o necessário: as muitas facetas dos estudos sobre livros escolares**

Os livros escolares são textos da escola, usados para as aulas de diferentes disciplinas. É praticamente impossível a qualquer estudante ocupar os

bancos escolares sem conhecer esse tipo de material, entre os quais estão as cartilhas (Boto, Girão, 2020); livros didáticos de história (Bittencourt, 1993), livros didáticos de geografia (Oliveira, 2023) e de outras matérias do currículo da escolarização básica. Mencione-se ainda os livros usados nos jardins de infância (Bastos, 2011), história da educação (Duarte e Gatti Jr., 2017) e outras disciplinas de natureza didática (Silva, 2018). Os exemplos de textos da escola são muitos, mas sua definição não é simples (Ossenbach; Somoza, 2001).

María del Mar del Pozo Andrés (2002), ao introduzir o volume da revista *Paedagogica Historica* dedicado ao tema dos Livros e Educação: 500 anos de leitura e aprendizagem, oferece um panorama dos projetos de pesquisa levados a efeito nos últimos 20 anos e evidencia o significado que os livros escolares tiveram para os historiadores da educação ao longo do tempo. Um dos aspectos mais relevantes notados pela autora é a multiplicidade de palavras (livros-texto, manuais e livros escolares) usadas nas investigações para referirem uma mesma categoria, a dos textos escritos para a educação formal. Gabriela Ossenbach e Miguel Somoza (2001) também notam certa “ambiguidade terminológica” para denominar o objeto de pesquisa em pauta, o qual é referido nos trabalhos de diversas formas: livros escolares, livros de texto, livros para crianças, manuais, almanaques, cartilhas, livros de cópias, catecismos, obras de autores determinados, como Walter Benjamin, Comenius, Rousseau e Mary Somerville e até livros infantis. Essa variedade de termos conduz a afirmar a necessidade de se construir um “consenso acadêmico” sobre a denominação e categorização desse objeto (Andrés, 2002), embora não haja dúvidas quanto à importância dos livros como elementos centrais na história do currículo e como fontes fundamentais para entender o funcionamento das disciplinas e das práticas escolares, das quais podem ser vistos como “símbolo” e “emblema”.

Antes de mais nada, é preciso situá-los numa longa história, que acompanha a institucionalização de práticas de ensino. Fernando de Azevedo, em artigo publicado em 1945 na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, situa origens dos textos da escola descrevendo como eram feitas e utilizadas as chamadas “sebentas”. Elas correspondiam às anotações que os alunos da Universidade de Coimbra, já no século XVIII, faziam durante as aulas, registrando as lições e explicações dos professores. Nos dias de hoje, tal prática pode parecer banal, mas para aqueles estudantes ela era o meio mais poderoso de “sobrevivência” na universidade. Fernando de Azevedo (1945) lembra que, à época, os livros eram caríssimos, acessíveis apenas a um seletivo grupo de leitores afortunados, com títulos contando com um número limitado de exemplares. Além de razões econômicas, isso

se devia também a limitações de ordem técnica. Os estudantes tinham poucos materiais e sua maior referência era a explicação do professor feita oralmente. Assim tinha “o mestre [...] uma autoridade imensa que revestia de uma força dogmática e doutrinal todas as suas afirmações” (Azevedo, 1945, p. 333-334). As anotações mais bem feitas eram litografadas, ou seja, passavam por uma técnica de reprodução em que as páginas demoravam a secar. Essas páginas costumavam passar de mão em mão e tudo isso conferia a elas um aspecto sujo, de sebo: daí o nome pejorativo com o qual eram chamadas pelos professores da Universidade de Coimbra.

Talvez assim possamos escapar das armadilhas das interpretações segundo as quais livros como esses são, inexoravelmente, atrasados, prejudiciais ou funestos para a escola, os professores e os alunos. Em levantamentos de pesquisas realizadas sobre essa fonte de pesquisa, já se chamou a atenção para diferentes interpretações entre os estudiosos da área. Entre as décadas de 1970 e 1980, os livros didáticos foram destacados pela veiculação de preconceitos e pouca valorização da cultura popular. Da década de 1990 em diante, muitos estudos vincularam-se à história cultural e as pesquisas passaram a interrogar o processo de produção dos livros, sua materialidade, sua edição, seus usos. Daí ser possível afirmar que as pesquisas sobre os textos da escola são plurais, sublinhando ora sua presença como objeto usual da escola, ora como fonte a ser criticada, ora como algo intrinsecamente necessário à escola (Silva; Correia, 2004).

As relações dos estudiosos com os textos escolares variam. Nesse amplo conjunto, quer-se tratar aqui de um tipo específico, os livros que foram escritos para ensinar a ensinar e foram usados nas aulas das escolas normais, já mencionados brevemente há pouco. Chamados aqui de manuais pedagógicos, eles incluem títulos como o *Compêndio de pedagogia* (Pontes, 1874), a *Introdução ao estudo da escola nova* (Lourenço Filho, 1930) e *Didática mínima* (Grisi, 1956). Eles contemplam os conteúdos de disciplinas pedagógicas dos cursos de formação de professores e são usados nas aulas para explicar às normalistas as primeiras noções do magistério. Por isso, seus textos precisam ser de fácil compreensão, apresentando aquilo que se toma como “essencial” da área. Eles estão assim numa “zona intermediária” (Silva, 2018) entre os conhecimentos produzidos por especialistas e cientistas e os professores iniciantes. Diferentemente da legislação especializada ou das obras dos “grandes” educadores, esses livros tendem a ser vistos como banais, pouco originais. Muitas vezes eles próprios se apresentam como meros compêndios, pequenos resumos, simples introduções ao tema, mas não se pode deixar de reconhecer que, pelos seus destinos e usos, são fontes ricas para a história do ensino na escola moderna.

Os primeiros trabalhos sobre livros de pedagogia usados em escolas normais foram realizados por Michéle Roulet, na França (1998, 2001). No Brasil, desde os anos 2000, vêm sendo empreendidas várias iniciativas no levantamento e análise dessa modalidade de leitura. Desde investigações como as que resultaram na dissertação de mestrado sobre os manuais pedagógicos brasileiros publicados entre 1930 e 1971 (Silva, 2019) e na tese de doutorado sobre os manuais pedagógicos publicados no Brasil e em Portugal desde 1870 até 1971 (Silva, 2018), outras pesquisas vêm mobilizando esses títulos (Trevisan, 2007; Valdemarim, 2008; Hegeto, 2014). De fato, são muitas as perguntas que podem ser feitas aos manuais pedagógicos. A tese de livre docência (Silva, 2020), defendida junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo foi mais uma oportunidade de interrogar o material.

O que une esses livros, publicados num espaço tão longo de tempo e por pessoas tão diferentes, em suas convicções e posições no campo educacional? Eles foram ao mesmo tempo produtos e produtores da escola (Silva, 2018). Daí serem também fontes para teses como as de Antônio Carlos da Luz Correia, que trata *d'O tempo e as temporalidades da escola em Portugal (séculos XVIII-XX)* (2019). Escritos para cursos de magistério, sobretudo para a escola normal, eles foram criados no interior de projetos de formação de um número significativo de professores primários. Enquanto parte de iniciativas de escolarização, esses livros produziram e puseram a circular os saberes que fundamentaram a escola, ensinando os futuros professores a ensinar.

Seria arriscado afirmar que haja um levantamento exaustivo de todos os manuais pedagógicos publicados desde 1870. Em São Paulo, as buscas começaram em finais dos anos 1990 e culminaram em dissertação sobre títulos brasileiros (Silva, 2019). Desde então, muitos títulos foram identificados em bibliotecas especializadas, sebos e através de doações de pesquisadores e ex-normalistas. Há um conjunto razoavelmente representativo de livros que ensinaram a ensinar, reunidos num *Catálogo* (Correia; Silva, 2022), com informações acerca de manuais pedagógicos publicados em Portugal e no Brasil no período compreendido entre 1880 e 1970. O intuito de um trabalho como esse foi divulgar um instrumento de apoio a pesquisadores em História e em Ciências da Educação, posto que o mesmo possibilita encontrar, de modo rápido e prático, os títulos disponíveis em ambos os países. O *Catálogo* partiu do reconhecimento da importância de se facilitar o uso de materiais já localizados e estudados, evitando, assim, a duplicação de esforços por parte de outros investigadores que porventura venham a se interessar pelo mesmo conjunto de fontes.

Os textos escolares representam fontes para conhecer múltiplas questões, como é o caso da economia das publicações editoriais, suas modalidades de impressão ou a semiologia da imagem. Nesse sentido, os educadores concordam que os impressos utilizados por alunos e professores permitem conhecer o cotidiano das salas de aula. Isso porque essa bibliografia organiza os conteúdos escolares mais “legítimos” (Apple, 1995). No entender de Jean-Claude Forquin (1993), a elaboração desse conjunto supõe uma seleção do patrimônio humano construído ao longo de gerações e, ainda, uma reelaboração dos tópicos escolhidos em nome de propósitos didáticos. Tal imperativo obriga a emergência de modos de pensamento tipicamente escolares, constituindo uma espécie de cultura própria.

Segundo Choppin (2004), os manuais são objetos complexos nos quais são disponibilizados aos estudantes saberes, valores morais, religiosos e políticos. Para o corpo docente, esse material auxilia o ensino, destacando algumas informações e sugerindo a adoção de determinados métodos e técnicas de sua transmissão. Além dessa multiplicidade de aspectos, o autor ainda assinala outras razões para explicar a riqueza dos manuais escolares como fonte e objeto de estudo. Uma delas refere-se ao fato de que esse gênero é produzido a partir de prescrições dos programas oficiais e, portanto, orienta o ensino que efetivamente ocorre durante as aulas de forma mais detalhada do que essas instruções (Correia; Silva, 2022). Tal repertório, no intuito de tornar os seus escritos acessíveis ao leitor, constitui um *corpus* relativamente homogêneo, o que permite construir métodos comparativos de análise. É possível, ainda, empreender estudos seriais, acompanhando ao longo do tempo a aparição e o desenvolvimento de uma noção científica, de um método pedagógico em vários títulos, por exemplo, ou, ainda, as variações tipográficas apresentadas por eles.

Convém deixar claro que os manuais pedagógicos versam sobre um aspecto específico da cultura escolar, de um dos tipos de saberes dos professores no exercício do magistério. Como explica Tardif (2000), esses saberes têm “um sentido amplo que engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes dos docentes, ou seja, aquilo que foi muitas vezes chamado de saber, de saber-fazer e de saber-ser”. (Tardif, 2000, p. 212-213). Esses saberes podem provir de várias fontes, de sua vida familiar e pessoal, de sua formação escolar anterior, dos programas e livros didáticos usados nas escolas onde trabalham, de suas experiências profissionais e também de sua formação específica para o magistério, quando estudam a Didática e temas a ela relacionados. É justamente nessa última dimensão que podemos incluir os manuais pedagógicos.

Ao explicarem e conceberem questões fundamentais do ensino, os manuais pedagógicos evidenciam como o ideal de uma escola para todos, caminho para o bem-estar social e projeto do Estado de formação da cidadania, tem sido ensinado para os professores. Esses livros ajudam a entender como essas recomendações vêm se configurando na construção de uma “escola moderna”. Interessante notar como a presença das diferentes preocupações, de homogeneizar as classes, ordenar a sala de aula, avaliar e encontrar alternativas para superar as dificuldades escolares, configuram-se nos manuais pedagógicos e articulam-se à construção da escola moderna, da qual são produtos e produtores. O olhar para o conteúdo dos textos de formação de professores evidencia a construção dos discursos que orientam o trabalho docente.

Com efeito, pode-se dizer que o livro é resultado, mas também um produtor da forma com que a escola se apresenta à sociedade. O manual pedagógico forma, informa e conforma as situações escolares de tal maneira que os futuros professores possam ser modelados para inscrever suas ações na lógica e na dinâmica de uma “gramática da escolarização”, que se apresenta como um corpo único de saberes, de valores e de fazeres. Os professores em formação apreendem a “forma escolar de socialização” também por seus manuais. E, com isso, construirão eles próprios suas específicas “culturas escolares”. São muitos os títulos que interessam aos pesquisadores. Suas abordagens e funções são múltiplas.

### **Uma trajetória de estudo sobre livros que ensinam a ensinar**

Os livros da escola, entre os quais estão aqueles que ensinam professores a ensinar, são para mim fontes e objetos de pesquisa há algum tempo. As motivações e os sentidos desses estudos encontram em minha trajetória de vida e trabalho importantes razões. Denice Catani (2022) assinala com argúcia as potencialidades de um esforço como esse, no qual é difícil separar o que se constitui como autobiografia ou interpretação sociológica. Na tentativa de encontrar o que motiva e dá sentido aos trabalhos sobre os livros escolares, esta parte do texto versa sobre minha história individual e pode remeter também para determinações sociais das experiências de um grupo maior de pesquisadores que, como eu, ocuparam os bancos escolares e usaram os livros didáticos em seus tempos de alunos.

Passemos, assim, à minha trajetória de investigação com os manuais pedagógicos. Desde o mestrado (2001) e o doutorado (2005), eles vêm sendo estudados. Mas estiveram presentes em minha trajetória muito antes disso, quando comecei a ter minhas primeiras aulas na escola, na década

de 1980. De lá para cá, as relações que fui mantendo com os textos da escola variaram. De leituras obrigatórias, esses livros começaram a suscitar dúvidas, desconfiças acerca de sua utilidade. Outras compreensões foram engendradas quando comecei a investigá-los. Daí comparar as relações com esses livros com a metáfora da escada espiral, descrita por Karen Armstrong em seu romance autobiográfico (2005, p. 20): “Talvez todos devêssemos parar de quando em quando para nos confrontar com o próprio passado, pois ele muda de significado à medida que se alteram nossas circunstâncias”. Para a autora, a vida não transcorre progressivamente, mas num movimento circular, de idas e vindas. “Na mitologia, a escada com frequência simboliza a passagem para outro nível de consciência” (Armstrong, 2005, p. 20). Essa metáfora ilustra aqui a permanência de meus interesses junto à escola e às formas de trabalho que ali se configuram. Passando por lugares de aluna, professora e pesquisadora as experiências avançam, embora não percam de vista o seu núcleo e sua razão de ser. Houve momentos em que não quis ser professora. Houve momentos em que me senti incapaz de ser professora. Houve momentos em que fiquei insatisfeita com os livros de formação pedagógica, principalmente os de Didática. Houve momentos em que neguei todo e qualquer método de ensino. Essas insatisfações me impulsionaram no percurso da *escada*.

Iniciei minha história com os livros na infância, por volta dos três ou quatro anos de idade, quando eu já queria me tornar uma aluna. Meus pais compraram alguns livros de um vendedor à porta de casa, o que era comum naqueles tempos. Eram livros de capa dura que, para ensinar as primeiras letras, os números, as cores, traziam imagens e exercícios. Eu me lembro de folheá-los com curiosidade, encantada com as cores, as páginas, o cheiro das folhas. Meu desejo de aprender a ler crescia à medida em que eu consultava mais e mais aqueles livros, tão bonitos, com suas capas duras vermelhas. Depois de aprender a ler, ocupando os bancos escolares, tive inúmeros livros didáticos, um para cada ano escolar e para cada disciplina do currículo. Cada capítulo dava conta de um tópico a ser estudado, tinha um tempo para ser lido em aula, relido em casa para fazer os exercícios propostos e estudar para as provas. Eu também os admirava, sempre me perguntando sobre a incrível capacidade de seus autores de conhecer tantos conteúdos e explicá-los tão bem. Eu também queria, um dia, escrever um livro como aqueles.

Valeria a pena sublinhar também meu começo no magistério, quando eu usei um famoso livro didático de Didática, mas não nutri a mesma relação de admiração que vinha tendo com os livros da escola. O primeiro curso de Didática que fiz foi no curso de Habilitação Específica para o Magistério

(HEM)<sup>12</sup>, numa escola estadual do bairro onde morava. Meu ingresso não foi propriamente uma escolha, pois eu nunca tinha pensado até então em ser professora. Segui conselhos que se costumavam dar para meninas, fazer o magistério para ter uma profissão. O primeiro livro que li sobre o tema foi a *Didática geral*, de Claudino Piletti, publicado desde a década de 1980 pela Editora Ática de São Paulo. Lembro das explicações sobre o que é educação, pedagogia, didática e, principalmente, dos inúmeros planos que aprendi a fazer preenchendo quadros com os conteúdos previstos para uma aula, um curso, uma disciplina ao longo de um ano, semestre, bimestre, semana ou dia. Eles vinham acompanhados da descrição dos objetivos a serem alcançados, das estratégias a serem utilizadas e das formas de avaliação dos resultados obtidos. A minha professora de Didática à época destacava isso o tempo todo.

Naquele momento, para mim, a Didática traduzia-se num método apenas, desdobrando-se em estratégias feitas para serem aplicadas. Eu era muito jovem, quinze, dezesseis anos... E ficava tão intrigada porque parecia que essa aplicação não dava certo comigo e colocava em dúvida a minha própria capacidade para ensinar. Nessa confusão, não gostava da Didática nem do livro com o qual iniciei meus estudos na área. Passados quase trinta anos, mais ou menos, essas relações são outras e, por isso, concordo com Karen Armstrong (2005): nossas experiências e nossas circunstâncias mudam de significado. Hoje sou Professora Doutora do Departamento de Educação Comparada e Metodologia do Ensino (EDM) da Universidade de São Paulo e na Graduação a disciplina que mais tenho lecionado é a Didática. Minhas pesquisas estão voltadas aos livros dessa disciplina ou de temas afins. Desse modo, além de ser professora de Didática, tenho realizado estudos sobre manuais que formam professores e me aproximo de grupos de pesquisa com interesses parecidos.

Minhas experiências como leitora de livros didáticos não são exclusivas, são partilhadas entre alunos e professores. As questões postas nos estudos sobre os livros da escola são vividas por uma comunidade de pesquisadores cada vez maior. Os estudos, sobretudo em História da Educação, vêm crescendo desde os anos 2000. E para quem leciona Didática é sempre urgente refletir sobre como são formados os professores para o Magistério. Nesse sentido, os manuais pedagógicos compõem o núcleo de minhas

---

12. A Habilitação Específica para o Magistério foi o curso que substituiu, de acordo com a Lei n. 5.692, de 1971, a antiga Escola Normal. Destinou-se à formação de professores dos quatro primeiros anos do Primeiro Grau e da Pré-Escola sendo oferecido aos alunos do Segundo Grau. Muitas moças optavam por fazer a HEM na época, uma vez que logo após poderiam prestar vestibular, ingressar no nível superior e já concluir o Segundo Grau com uma profissão.

preocupações como docente e pesquisadora, constituem peça-chave da formação de professores, de seu trabalho em sala de aula e da própria escola (Silva, 2018). Tomar os manuais pedagógicos como fontes de investigação traz contribuições inegáveis à pesquisa educacional, pois colabora com o “mapeamento cultural” da escola, aventado por Azanha (1990) em artigo no qual propõe, junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, um programa de pesquisas sobre a *cultura escolar brasileira*.

Os manuais pedagógicos compõem o núcleo de minhas preocupações como docente e pesquisadora, constituem uma das peças-chave da formação de professores, de seu trabalho em sala de aula e da própria escola (Silva, 2018). Para explicar o que isso representou para mim, convém contar que, já no mestrado, conheci o texto intitulado “Leitura, leitores, letrados, literatura”, de Pierre Bourdieu (1990). A partir dele, foi possível comparar os manuais pedagógicos com obras de *lectores*, ou seja, aqueles que produzem seus discursos a partir de outros originalmente produzidos pelos chamados *auctores*. Tal distinção ainda hoje me parece útil para interpretar os manuais pedagógicos no seu propósito de resumir ideias, situar o que consideravam ser “essencial” à educação e ao trabalho docente. Um manual nada tem de original – e muitos títulos que estudei apresentam-se afirmando isso. E a maioria deles afirma oferecer à formação docente uma contribuição “modesta”, apenas uma iniciação nos estudos. Os livros didáticos não são, assim, leituras das mais legítimas. Uma incursão por dicionários da língua portuguesa (Ferreira, 1972, p. 773) assinalam o manual como o “relativo à mão” ou feito com as mãos. Também pode estar associado à imagem de um pequeno livro, com noções essenciais de uma ciência. O estudo dos manuais pedagógicos obriga a refletir sobre as representações de seus leitores, do que se espera deles e de como o exercício do magistério é proposto como objeto de leitura. Daí a necessidade de não tomar as possibilidades de formação postas pelos manuais como as únicas possíveis e interrogar o que mais é possível para o trabalho docente.

### **O que se quer das leituras para professores?**

Como diria Pierre Bourdieu, num diálogo com Roger Chartier sobre as práticas de leitura (1996), não é possível encontrar um único significado ou uso para um texto, seja ele qual for. Nas palavras de Chartier (1996, p. 233), “é preciso tentar evitar a constante tentação da posição universalizante dos *lectores* que somos”. Bourdieu completa:

E a universalização de uma maneira particular de ler, que é uma instituição histórica. Penso, por exemplo, na leitura que podemos chamar de estrutural, a leitura interna que considera um texto nele mesmo e por ele mesmo, que o constitui como auto-suficiente e procura nele mesmo sua verdade, fazendo abstração de tudo o que está ao redor. [...] Historicizar nossa relação com a leitura é uma forma de nos desembaraçarmos daquilo que a história pode nos impor como pressuposto inconsciente (Bourdieu, 1996, p. 233).

Poderíamos afirmar que todos os livros escolares foram resultados de anotações de aula feitas pelos seus autores? Que nenhum deles se dedica a uma incursão mais teórica e humanista porque, ao final de contas, são manuais? As pesquisas sobre os manuais pedagógicos publicados no Brasil e em Portugal desde o título mais antigo, editado em 1870, até o século seguinte, evidenciam que os textos escritos para as aulas da Escola Normal mudam. Embora deem conta das aulas previstas no currículo, os temas que desenvolvem, o tipo de escrita, a bibliografia usada, a materialidade dos seus textos, enfim, os vários aspectos que compõem suas edições mudam. É possível encontrar manuais mais prescritivos, com textos mais curtos, parágrafos breves, feitos para leitores supostamente menos hábeis na leitura e mais interessados em “como fazer” para ensinar. Os títulos mais antigos chegam a elencar o próprio conteúdo a ser ensinado pelo professor. Há manuais pedagógicos que, diferentemente, trazem discussões teóricas, marcam as contribuições da psicologia, da sociologia, da estatística para o trabalho docente. São títulos com textos mais longos, numa escrita que supõe um leitor mais hábil e atento. Os modos de compreensão e proposição da formação para o magistério mudam (Silva, 2018).

Para quem leciona Didática é sempre urgente refletir sobre essas questões. Que tipo de texto e de leitura poderia otimizar relações mais férteis com o conhecimento e com a prática de ensino? Em que medida o ensino universitário, fundamentado pela produção do conhecimento e pelos debates constantes, poderia abrigar textos como os manuais escolares, as apostilas? Diante do fato de que livros dessa natureza podem desenvolver os tópicos dos currículos para serem estudados nas aulas, dar orientações sobre como fazer uma tarefa e produzir resumos, sínteses, compêndios claros e acessíveis, será que poderíamos chamá-los de “livros”? É aqui retomo palavras de Rivière (2004), já evocadas em artigo sobre as metáforas que habitam o discurso educacional (Catani; Silva, 2019). Vale a pena a leitura:

Um livro de cozinha é um livro? Comumente não se atribui esse título aos folhetos que explicitam usos, maneiras e técnicas. Todo objeto cuja finalidade/ utilidade é abolida **pelo uso**, parcialmente ou não, não leva o nome de livro: para fazer funcionar uma máquina, aprender uma língua, saber dirigir, encontrar um endereço, lembrar-se de uma obra, viajar, fazer coleções, não há necessidade de “livros”, mas sim de manuais, instruções de uso, anuários, guias, catálogos... Não mereceria o nome de livro aquele que conserva uma irredutível intransitividade, que mantém fechado o circuito que ele forma com o pensamento do seu leitor. A imagem do leitor “absorto”, imóvel, passivo, ausente do mundo é a prova do livro. Então, a classificação hesita: fala-se do “livro prático”, expressão que a partir de um certo momento parece substituir o termo “manual”, termo no entanto muito interessante porque supõe que há livros que colocam a “mão na massa”. (Rivière, 2004, p. 449, tradução das autoras)

O que pode ser considerado leitura no ensino universitário? Que tipo de leitores queremos formar? Daremos a eles um “guia de ação”, uma única interpretação acerca de um autor cuja obra resumimos para “facilitar” sua compreensão? Ou vamos permitir o acesso direto às obras, fomentando interpretações e usos no plural? Só poderemos saber o que significa iniciar os estudantes universitários se tivermos clareza dessa pergunta. Ao encerrar seu texto sobre a “Educação como iniciação”, Peters (1979, p. 130) assinala: “O grande professor é aquele que pode transmitir esse sentido de virtude a outro, de maneira que tal sentido penetre todos os seus esforços e o faça suar e afligir-se para fixar, numa forma adequada, o que ele pensa e o que ele sente”. Ler e escrever na universidade, ao que parece, está mais relacionado ao debate do que ao consenso. Se, por um lado, os manuais escolares contêm um resumo da matéria, sugerem exercícios para os alunos e por vezes indicam as respostas “corretas” para os professores, por outro lado, como diria Roger Chartier (1990, p. 132-133) o livro da universidade e de estudo se distingue por ser “humanista, mais manuseável no seu tamanho médio, e que dá a ler os clássicos e novidades”. Não seria justamente esse o sentido do trabalho de formação?

Considerando os manuais pedagógicos, é preciso compreender de que maneira a “cultura científica ou pedagógica”, produzida pelos especialistas (Escolano, 2000), chega aos professores. Precisamos deixar claro que os manuais pedagógicos versam sobre um aspecto específico da cultura escolar, de um dos tipos de saberes dos professores no exercício do magistério. Como explica Tardif (2000), esses saberes têm “um sentido amplo que

engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes dos docentes, ou seja, aquilo que foi muitas vezes chamado de saber, de saber-fazer e de saber-ser”. (Tardif, 2000, p. 212-213). Esses saberes podem provir de várias fontes, de sua vida familiar e pessoal, de sua formação escolar anterior, dos programas e livros didáticos usados nas escolas onde trabalham, de suas experiências profissionais e também de sua formação específica para o magistério, quando estudam a Didática e temas a ela relacionados.

As reflexões sobre os livros da escola enquanto fontes de estudo conduzem a uma série de questões. Eles já vêm mobilizando pesquisas, grupos de trabalho, organização de acervos e catálogos, enfim, remetem a um campo de estudos bem consolidado. Eles integram a história da escola, inclusive em perspectiva internacional e comparada (Silva, 2018). Por isso, obrigam a pensar sobre as motivações e os sentidos de seus usos na pesquisa educacional e na formação de professores. Este texto foi uma incursão pela produção da área e pelas especificidades de minhas experiências de aluna, professora e pesquisadora com os manuais pedagógicos. Esses textos permitem compreender diferentes facetas da escola, sua cultura e o modo como o trabalho docente é, como diria Roger Chartier (1990), posto como objeto de leitura. Os manuais pedagógicos merecem ser mais estudados e continuam sendo fontes férteis para outros trabalhos, que queiram compreender o modo como os professores são formados.

### Referências Bibliográficas

APPLE, Michael. *Trabalho docente e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARMSTRONG, Karen. *A escada espiral – memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

AZANHA, José Mário Pires. Cultura escolar brasileira: um programa de pesquisas. *Revista USP*, n. 8, 1991, p. 65-69.

AZEVEDO, Fernando de. As técnicas de produção do livro e as relações entre mestres e discípulos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 4, n. 12, jun.1945, p. 329-346.

BASTOS, M. *Manual para os Jardins de Infância: Ligeira Compilação pelo Dr. Menezes Vieira-1882*. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.

BITTENCOURT, Circe. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/26, p. 193-221, set. 1992 / ago. 1993.

BOTO, Carlota; GIRÃO, Natália. A Cartilha Maternal, a Cartilha do Povo e a Caminho Suave: três perspectivas sobre alfabetização. *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 12, p. 192-211, 2020.

BOURDIEU, Pierre. Leitura, leitores, letrados, literatura. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CATANI, Denice Barbara; SILVA, Vivian Batista da. Metáforas e comparações que ensinam a ensinar. *História da Educação*, v. 23, 2019.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 231-253.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares. *Teoria & Educação*, n. 2, 1990, p. 117-229.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 3, set.-dez. 2004, p. 549-566.

CHOPPIN, Alain. Los manuales escolares de ayer a hoy: el ejemplo de Francia. *Historia de la educación* – Revista Interuniversitaria, Universidade de Salamanca, n. 19, p. 13-36, 2000.

CORREIA, António Carlos Correia; SILVA, Vivian Batista da (org.). *Catálogo dos manuais pedagógicos portugueses e brasileiros: 1868-1970*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

CORREIA, António Carlos. *O tempo e as temporalidades da escola em Portugal (séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Estratégias criativas, 2019.

DUARTE, B.; GATTI JR., D. Manuais escolares, formação de professores e concepção clássica de modernidade: as Noções de História da Educação de Afrânio Peixoto no Brasil na década de 1930. *Revista Educação e Fronteiras on-line*, v. 7, p. 145-166, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura*. Porto Alegre: Artmed, 1993.

FRANÇA, F. *Um inventário de saberes, um repertório de fazeres: modos e práticas do ofício de ensinar na escola primária durante a segunda metade do século XIX (1856-1892)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

HEGETO, L. *A Didática como disciplina escolar: estudo a partir dos manuais de Didática Geral*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, jan. /jun., 2001, p. 9-43.

NÓVOA, A.; SCHRIEWER, J. (eds.) *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000.

OLIVEIRA, Janete Regina de. *A ordem do bem ensinar: livros para professores de geografia (1925 a 2014)*. Curitiba: Appris, 2023.

OSSENBACH, G.; SOMOZA, M. *Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación en America Latina*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2001.

PATTO, Maria Helena. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PERRENOUD, Philippe. *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora, 1995.

PETERS, R. Educação como iniciação. In: ARCHAMBAULT, R. *Educação e análise filosófica*. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 101-130.

RIVIÈRE, Jean Loup. Le goût et l'idée. *La gastronomie, Critique*, juin-juillet, 2004, p. 449.

ROULLET, Michéle. *Les manueles de pédagogie (1880-1920)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

ROULLET, Michéle. *Manueles de pédagogie et de psychologie des écoles normales em France entre 1880 et 1920*. Genève: Université de Genève, 1998.

UNESCO. *Reimaginar nosso futuro juntos*. Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação. Brasília, Representação da UNESCO no Brasil, 2022. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379381\\_por/PDF/379381por.pdf.multi](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379381_por/PDF/379381por.pdf.multi)

SILVA, Vivian Batista da. *Livros que ensinam a ensinar: um estudo sobre os manuais pedagógicos brasileiros (1930-1971)*. Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Vivian Batista da. *Projetos e heranças da escola moderna nos manuais pedagógicos (1870-1970)*. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, Vivian Batista da. *Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências com relação à formação do magistério. *Revista Brasileira de Educação*, jan.-mar./2000, n. 13, p. 5-24.

TREVISAN, T. *A pedagogia por meio da Pedagogia: teoria e prática* (1954) de Antônio D'Ávila. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. VALDEMARIM, V. O manual didático Práticas Escolares: um estudo sobre mudanças e permanências nas prescrições para a prática pedagógica. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 17, p. 13-39, 2008.

VILLELA, H. *Da palmatória à lanterna mágica: a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre artesanato e a formação profissional (1868-1876)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Manuais pedagógicos citados:

GRISI, Rafael. *Didática mínima*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Introdução ao estudo da escola nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

PILETTI, Claudino. *Didática geral*. São Paulo: Ática, 1984.